

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disso, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

**No momento, o informativo está adaptado em atenção à legislação eleitoral e ao Manual de Orientação - Eleições 2022 da Procuradoria Geral do Estado - PGE/PA, com a exclusão das seções Fique de Olho e NEL Indica.*

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;

Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;

Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;

Daniela Rodrigues De Nardi - Estagiária;

Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária;

João Carlos Salgado Craveiro - Estagiário.

.....

Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAS-PA

Responsável: Rebeca Reitz

Revisão: Rebeca Reitz

Email: nel@semas.pa.gov.br

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAS

CARTA AO LEITOR



Nesta 82ª edição do LEGIS SEMAS, tem-se Decreto Federal nº 11.141, de 21 de julho de 2022, altera o Decreto nº 9.888, de 27 de junho de 2019, para dispor sobre o prazo para comprovação do atendimento à meta anual individual de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis, de que trata o § 2º do art. 7º da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017.

Já na esfera estadual, é relevante mencionar a Portaria SEMAS nº 1.719, de 3 de agosto de 2022, torna público os índices definitivos para o repasse do ICMS Verde aos municípios do estado do Pará, durante o ano de 2023.

Destaca-se ainda, no âmbito estadual, Portaria nº 1257/2022 - GAB/SEMAS, dispõe sobre Comissão de implementação do Processo Administrativo Eletrônico (PAE) no âmbito da Secretaria de Estado de meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS/PA, encarregada de realizar a implementação do PAE.

Nesta quinzena, no âmbito municipal não houve normas de relevância para apreciação desta SEMAS.

Boa leitura!

Rebeca Reitz

Coordenadora

NORMAS FEDERAIS



LEI FEDERAL nº 14.432, de 3 de agosto de 2022. Institui a campanha Maio Laranja, a ser realizada no mês de maio de cada ano, em todo o território nacional, com ações efetivas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

LEI FEDERAL nº 14.417, de 20 de julho de 2022. Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para permitir a execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) às instituições públicas prestadoras oficiais dos serviços de assistência técnica e extensão rural.

LEI FEDERAL nº 14.420, de 20 de julho de 2022. Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).

LEI FEDERAL nº 14.423, de 22 de julho de 2022. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões "idoso" e "idosos" pelas expressões "pessoa idosa" e "pessoas idosas", respectivamente.

DECRETO FEDERAL nº 11.141, de 21 de julho de 2022. Altera o Decreto nº 9.888, de 27 de junho de 2019, para dispor sobre o prazo para comprovação do atendimento à meta anual individual de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis, de que trata o § 2º do art. 7º da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017.



NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL nº 1.027, de 19 de julho de 2022. Estabelece os requisitos e procedimentos necessários à prorrogação das concessões de Uso do Bem Público, à modificação do regime de exploração das concessões de aproveitamentos hidrelétricos destinado a Serviço Público, ao mapeamento dos bens imóveis vinculados à concessões de usinas hidrelétricas, ao cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, à metodologia de cálculo do valor do pagamento pelo Uso de Bem Público e ao cálculo e recolhimento da Compensação Financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e Royalties de Itaipu.

RESOLUÇÃO NORMATIVA MME/ANEEL nº 1.029, de 25 de julho de 2022. Consolida os procedimentos e condições para obtenção e manutenção da situação operacional e definição de potência instalada e líquida de empreendimento de geração de energia elétrica.

RESOLUÇÃO MCTI/CNDCT/CGD nº 1, de 29 de julho de 2022. Instituir o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq para os exercícios de 2022 a 2024.

RESOLUÇÃO NORMATIVA MME/ANEEL nº 1.030, de 26 de julho de 2022. Consolida os atos regulatórios relativos ao programa da Resposta da Demanda; à prestação de serviços ancilares e adequação de instalações de centrais geradoras motivada por alteração na configuração do sistema elétrico; aos procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por Constrained-off de usinas eólicas; ao montante de energia elegível, a valoração e as condições de pagamento para os participantes do Mecanismo de Realocação de Energia do custo do deslocamento da geração hidrelétrica decorrente de geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito e de importação de energia sem garantia física; e ao Excedente Financeiro e das Exposições Financeiras na contabilização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCÉE.

RESOLUÇÃO NORMATIVA MME/ANEEL nº 1.031, de 26 de julho de 2022. Consolida os atos regulatórios relativos aos procedimentos vinculados à redução das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, para empreendimentos hidrelétricos e aqueles com base em fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada; e aos requisitos para a qualificação de centrais termelétricas cogeneradoras de energia.



NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO NORMATIVA MME/ANEEL nº 1.033, de 26 de julho de 2022. Consolida os atos regulatórios relativos ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA; ao padrão de qualidade do serviço de geração de energia elétrica; à participação de empreendimento hidrelétrico não despachado centralizadamente no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE; e à apuração de indisponibilidade de unidade geradora ou de empreendimento de importação de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN e critérios de apuração e de verificação de lastro.

RESOLUÇÃO NORMATIVA MME/ANEEL nº 1.035, de 26 de julho de 2022. Consolida os atos regulatórios relativos à metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020.

RESOLUÇÃO NORMATIVA MME/ANEEL nº 1.036, de 26 de julho de 2022. Consolida os atos regulatórios relativos aos requisitos para a certificação de centrais geradoras termelétricas na modalidade de geração distribuída, para fins de comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, na forma do artigo 14, inciso II, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA/INCRA nº 125, de 29 de julho de 2022. Dispõe sobre a alienação, na modalidade de doação dos bens móveis inservíveis, de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

INSTRUÇÃO ESPECIAL MAPA/INCRA nº 5, de 29 de julho de 2022. Dispõe sobre os índices básicos cadastrais e os parâmetros para o cálculo do módulo rural.

INSTRUÇÃO ESPECIAL MAPA nº 5, de 29 de julho de 2022(*). Dispõe sobre os índices básicos cadastrais e os parâmetros para o cálculo do módulo rural.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MMFDH/SNDCA nº 5, de 1º de agosto de 2022. Dispõe sobre os procedimentos gerais do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) de que trata o Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, no âmbito da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

PORTARIA MAPA nº 457, de 21 de julho de 2022. Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Grupo de Trabalho do Sistema Nacional de Gestão de Informações e Inteligência Agropecuária.

PORTARIA MAPA nº 458, de 21 de julho de 2022. Altera a Instrução Normativa nº 69, de 6 de novembro de 2018, que estabelece o Regulamento Técnico definindo os requisitos mínimos de identidade e qualidade para Produtos Hortícolas.

PORTARIA MAPA nº 456, de 21 de julho de 2022. Aprova o regulamento relativo ao processo administrativo eletrônico e o uso do Sistema Eletrônico de Informações - SEI no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

PORTARIA SAP/MAPA nº 1.151, de 21 de julho de 2022. Altera os Anexos I e II da Instrução Normativa MPA nº 10, de 14 de outubro de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura, que regulamenta a subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumidos por embarcações pesqueiras nacionais, de que cuida o Decreto nº 7.077, de 26 de janeiro de 2010.

PORTARIA MMA nº 191, de 22 de julho de 2022. Instituir Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de analisar e propor as estruturas de governança do Fundo Amazônia e seus objetivos como instrumento de financiamento das políticas públicas nacionais.

PORTARIA MAPA/SDA nº 626, de 22 de julho de 2022. Altera o prazo para o atendimento dos arts. 6º e 15º da Portaria SDA nº 384, de 25 de agosto de 2021, que aprova os padrões de identidade e qualidade para gelatina, gelatina hidrolisada e colágeno comestíveis.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA GM/MMA nº 194, de 25 de julho de 2022. Torna pública a aprovação do 3º Plano de Dados Abertos do Ministério do Meio Ambiente - PDA/MMA, para o período de agosto/2022-agosto/2024.

PORTARIA MME/GM, nº 672, de 25 de julho de 2022. Divulgar, para Consulta Pública, minuta de Portaria que trata da redução do limite de carga para contratação de energia elétrica por parte dos consumidores no mercado livre.

PORTARIA MMFDH/GM nº 2.002, de 25 de julho de 2022. Altera a Portaria nº 2.904, de 13 de novembro de 2020, que Institui o Programa de Equilíbrio Trabalho-Família.

PORTARIA MAPA nº 460, de 26 de julho de 2022. Define o Plano Anual de Outorga Florestal - Paof de 2023, do Serviço Florestal Brasileiro - SFB.

PORTARIA MAPA nº 461, de 26 de julho de 2022. Institui o Programa AgroHub Brasil destinado a apoiar os ecossistemas e ambientes de inovação do agro brasileiro.

PORTARIA MAPA nº 462, de 26 de julho de 2022. Aprova a Política de Inovação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

PORTARIA MAPA/SDA nº 630, de 26 de julho de 2022. Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de sementes de violeta-persa (*Exacum spp.*) com origem da Dinamarca.

PORTARIA MJSP/GM nº 114, de 29 de julho de 2022. Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Gestão Municipal de Segurança Pública como instrumento de realização de ações estratégicas para o cumprimento de metas do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

PORTARIA MCTI/AEB nº 909, de 29 de julho de 2022. Institui a Política de Inovação da Agência Espacial Brasileira.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA ICMBIO nº 490, de 19 de julho de 2022. Aprova o Plano de restauração ecológica e controle de espécies exóticas invasoras na Floresta Nacional de Brasília (Flona de Brasília), estabelecendo seu objetivo geral, estratégias, formas de implementação e monitoria.

PORTARIA INTERMINISTERIAL MAPA/MMFDH nº 2, de 27 de julho de 2022. Revoga a Portaria Interministerial nº 5, de 21 de novembro de 2012, da extinta Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República e do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, por força de consolidação da legislação.

PORTARIA MMFDH/GM nº 2.012, de 29 de julho de 2022. Prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de propor a criação do Programa de Enfrentamento ao Escalpelamento.

PORTARIA MAPA nº 466, de 2 de agosto de 2022. Institui a Comissão Técnica Consultiva para o Monitoramento da Qualidade e da Competitividade do Leite e Derivados.

PORTARIA MAPA nº 467, de 2 de agosto de 2022. Prorroga o prazo de vigência da emergência fitossanitária previsto na Portaria MAPA nº 249, 4 de agosto de 2021, relativa ao risco iminente de introdução da praga quarentenária ausente *Moniliophthora roreri* nos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia e estabelece as diretrizes para a elaboração de Plano Estadual Emergencial de Prevenção, Supressão e Erradicação da praga.

EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA PARA RENOVAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA REBIO MAICURU. Dispõe sobre a renovação do Conselho Gestor da REBIO Maicuru, visando preencher vagas para os representantes da sociedade civil organizada e Poder Público.



NORMAS ESTADUAIS



DECRETO ESTADUAL nº 2.521, de 26 de julho de 2022. Altera o Decreto Estadual nº 1.278, de 8 de maio de 2015, que dispõe sobre a reorganização dos cargos na carreira de Consultor Jurídico do Estado no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providências.

PORTARIA GAB/SEMAS nº 1257/2022. O SECRETARIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO PARÁ, no uso das suas atribuições, considerando o Decreto s/no de 14 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial nº 33781, de 15 de janeiro de 2019, Dispõe sobre Comissão de implementação do Processo Administrativo Eletrônico (PAE) no âmbito da Secretaria de Estado de meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS/PA, encarregada de realizar a implementação do PAE.

PORTARIA IDEFLOR-BIO nº 537, de 02 de agosto de 2022. Aprovar o Plano de Manejo do Mosaico Lago de Tucuruí, elaborado pela Greentec Consultoria e Planejamento Agroflorestal e do Meio Ambiente Ltda.

PORTARIA SEMAS Nº 1.719, de 3 de agosto de 2022. Torna público os índices definitivos para o repasse do ICMS Verde aos municípios do estado do Pará, durante o ano de 2023.



NORMAS MUNICIPAIS



Nesta quinzena não houve normas municipais para esta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Curta e siga nossas redes sociais



Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br



**GOVERNO DO
ESTADO DO PARÁ**